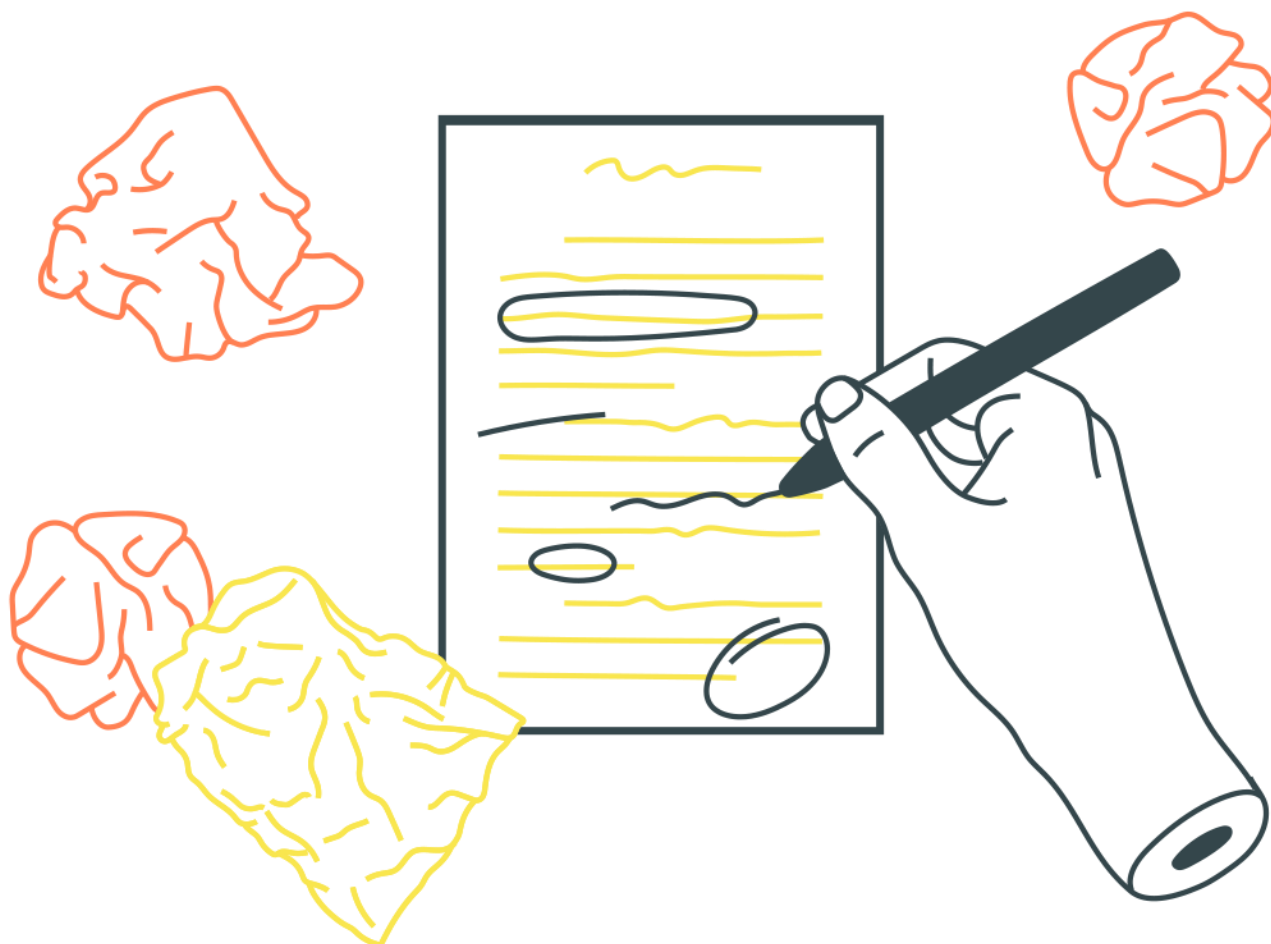


Redações Exemplares - Revisão Geral



Redações Exemplares - Revisão Geral

1. Tema: A inclusão social do deficiente físico no Brasil

Desde as civilizações medievais até os povos indígenas mais recentes, existia uma cultura de exclusão e abandono de crianças que possuíam algum tipo de deficiência. Elas eram entendidas como um mau sinal, vindo de um castigo dos deuses ou de forças superiores. Embora ainda haja muito preconceito acerca dessa minoria, há no Brasil ações que buscam a inclusão dos deficientes na sociedade, visto que o número de pessoas com algum tipo de deficiência ultrapassa populações inteiras de países como Chile e Holanda.

Em uma primeira análise, percebe-se que o esporte é um excelente método inclusivo. Prova disso é a excelente campanha histórica da delegação brasileira nos Jogos Paralímpicos de Londres em 2012, em que foram conquistadas vinte e uma medalhas de ouro, desempenho sete vezes melhor em comparação às conquistas nas Olimpíadas. Acontecimentos dessa natureza trazem como consequência maiores investimentos em projetos esportivos voltados para pessoas com necessidades especiais, principalmente após a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ter sido sancionada pelo Governo em 2015, comprovando a eficácia das práticas esportivas como forma de integração social.

Além do aspecto esportivo, a área da educação também surge como forma eficiente de inserção. Neste sentido, as escolas e universidades estão adotando posturas inclusivas em salas de aula, como por exemplo, o ensino obrigatório de LIBRAS (linguagem brasileira de sinais) em qualquer curso de licenciatura. Somado a isso, algumas escolas particulares, em busca de um maior abraçamento dos alunos deficientes, contratam tutores para auxiliar esses estudantes, juntamente com o apoio do professor. A escola costuma ser um dos mais importantes ambientes de socialização, por conseguinte, deve ser democrático e igualitário incorporando a todos os seus frequentadores, sem distinção.

Torna-se claro, portanto, que o meio esportivo e o campo educacional são de extrema importância para a inclusão dos cidadãos com deficiência. Sendo assim, o governo deve investir em projetos gratuitos para deficientes, por meio da criação de centros esportivos e culturais, além de melhorar a acessibilidade urbana para que todos desfrutem dos espaços sociais, garantindo o respeito e a igualdade de direitos. Ademais, as escolas precisam capacitar os profissionais de educação, por meio de cursos específicos, para que lidem de forma adequada com as crianças debilitadas fisicamente. Por fim, a mídia deve cumprir plenamente sua função social, desmistificando a deficiência física através de propagandas e ficção engajada a fim de erradicar o preconceito e promover na sociedade uma consciência inclusiva. Outras medidas devem ser tomadas, mas, como disse Oscar Wilde, “o primeiro passo é o mais importante na evolução de um homem ou nação”.

2. Tema: O suicídio entre os jovens brasileiros – Como enfrentar esse problema?

Embora apresentada em 428 a. C., a tragédia grega Hipólito, de Eurípides, por meio da personagem Fedra, mulher apaixonada, já abordava uma das maiores causas atuais de morte dos jovens de até 19 anos no Brasil: o suicídio. A falta de um lugar no qual o adolescente possa se definir e se reconhecer como sujeito, tanto na família como na sociedade, revela um sério problema de saúde pública, pois se configura um assassinato em que vítima e agressor são a mesma pessoa. Por trás do comportamento suicida, há uma combinação de fatores socioculturais que, embaralhados, culminam numa manifestação exacerbada contra si mesmo. Segundo o Departamento de Saúde Mental e Medicina Legal da UFG, a família representa a condição necessária para o crescimento e desenvolvimento de vínculos que garantam a sobrevivência física, social e afetiva das pessoas. Contudo, o contexto familiar é considerado fator desencadeante para a tentativa de suicídio. Perdas de vínculos afetivos, violência doméstica ou doenças mental ou física colocam o adolescente em situação de vulnerabilidade. O jovem tende a ser contestador, impetuoso e, ao mesmo tempo, imaturo e inseguro ao se deparar com novas visões da família e da sociedade, visto que na adolescência a busca de referências constitui uma forte razão para a existência.

Além disso, a escola pode se tornar um cenário favorável no que se refere ao fortalecimento do comportamento suicida. O bullying, problema mundial encontrado em qualquer escola, está por trás de muitas tentativas de suicídio entre adolescentes. Conforme a Psicologia do Desenvolvimento, o jovem é influenciado facilmente pelas opiniões alheias e, nesta tentativa de se encaixar, passa a agir de forma inconstante. No estágio em que se adquire uma identidade psicossocial, se as questões não forem bem resolvidas, o adolescente não reconhece sua identidade e seu papel no mundo e busca um referencial que dê sentido a seu existir, o que configura as obras ultrarromânticas, marcadas por dor, frustração, tédio, evasão da realidade e desejo pela morte.

Considerado pela OMS problema de saúde pública, o fenômeno do suicídio não só desafia os profissionais da saúde, mas também o campo das ciências humanas. O Estado não pode majorar o sofrimento de quem decide se matar punindo-o e no Brasil não se fala de prevenção ao suicídio em escolas. Dessa maneira, por meio de um curso, cabe ao Ministério da Educação, juntamente ao Ministério da Saúde, identificar os fatores de risco, estabelecendo linhas que estimulem a autoestima dos adolescentes e criando espaços de diálogos para eles sobre a fase da adolescência. Ao vislumbrar possibilidades no existir, procura-se ultrapassar sofrimentos e desmascarar sinais do complexo fenômeno que perpassa desde o início da civilização.

3. Tema: O sistema prisional brasileiro e os seus efeitos no século XXI

Na obra “Memórias do Cárcere”, o autor Graciliano Ramos – preso durante o regime do Estado Novo – relata os maus tratos, as péssimas condições de higiene e a falta de humanidade vivenciadas na rotina carcerária. Hoje, ainda que não vivamos mais em um período opressor, o sistema prisional brasileiro continua sendo visto como um símbolo de tortura. Desse modo, rever a situação social a qual o penitenciário está submetido é indispensável para avaliar seus efeitos na contemporaneidade.

Primeiramente, a má infraestrutura na maioria das cadeias faz com que os presos firmem uma luta diária pela sobrevivência. Mesmo que estes vivam em um regime fechado, a superlotação e deterioração das celas e, até, a falta de água potável provam a falta de subsídio à integridade humana, visto que os indivíduos são postos à margem do descaso. Ademais, tal condição supre a visão Determinista do século XIX, que afirma que o homem é fruto de seu meio. Porém, se esse olhar não for combatido, ao final da pena, o indivíduo terá dificuldades para se reintegrar na sociedade e tende a viver do trabalho informal ou, em muitos casos, voltar ao crime.

Outro problema vigente é a negligência às condições higiênicas do público feminino. A jornalista Nana Queiroz, autora do livro “Presos que menstruam”, retratou a realidade de detentas que sofreram com o tratamento idêntico entre os gêneros, sendo excluídos os cuidados íntimos da mulher, vide a falta de absorventes, em algumas prisões, e ausência de acompanhamento ginecológico. Esses aspectos revelam a falta de políticas públicas que prezem pela saúde feminina e esconde, ainda, o tratamento destinado às gestantes, que não possuem um zelo diferenciado na gravidez e tampouco o auxílio médico na maioria dos sistemas carcerários.

Portanto, a maneira que os indivíduos são tratados no cárcere fere os direitos humanos, por isso, mudanças fazem-se urgentes. O governo deve investir na extensão de cadeias para evitar a lotação e, como solução paliativa, usar caminhões pipa para suprir a carência de água potável. Além disso, atividades pedagógicas ou esportivas, intermediadas por ONGs, darão aos detentos a oportunidade de reinserção social. O acesso à saúde pública é um direito universal, logo, são imprescindíveis equipes médicas e a fiscalização desses cuidados, principalmente em relação à saúde da mulher. Assim, garantiríamos que as condições dos detentos não fossem enfrentadas de forma desumana.

4. Tema: O poder de transformação da leitura

Transformação silenciosa

Na modernidade, ao mencionar a expressão “meios de comunicação”, logo surgem à memória comum veículos como os canais televisivos, as linhas de telefonia móvel e a rede mundial de computadores, porém, os livros, quando lembrados, tardam a sê-lo. A leitura, no entanto,

constitui um importante meio de transmissão de informações e, portanto, um poderoso transformador social. Fato esse que pode ser comprovado através de suas abrangências individual e interpessoal.

A convivência com a leitura inerente, não apenas a livros e revistas, mas às mais simples propagandas resulta em maior afinidade com a língua nacional. O hábito de ler provoca um domínio sobre o meio de comunicação escrito e mesmo falado, sendo os possuidores desse hábito seres de expressão mais fácil e de maior qualidade.

Os livros devem ser encarados como elementos difusores de informações e, nesse sentido, percebe-se o caráter paradoxal do momento da leitura como causador de simultâneos isolamento e aproximação. Ao se fechar em seu universo de interpretação e imaginação individuais, o leitor está, ao mesmo tempo, apreendendo conhecimento alheio. Desse modo, ler é aprofundar os próprios conceitos e, por consequência, o senso crítico e a capacidade de reflexão.

Além disso, a leitura possui uma ação em âmbito nacional. Uma vez que representam a propagação de dados, os textos podem ser utilizados como objetos de conscientização popular, trabalhando como verdadeiros formadores de opinião. A existência da lista de livros proibidos pela Igreja Católica da Idade Média – o Index – e do “Livro Vermelho” da teocracia chinesa constitui um retrato de organizações buscando fortalecer seus poderes através do direcionamento da leitura popular.

Assim, a vastidão do poder de transformação da leitura pode ser compreendida ao notar as suas ações como difusor de conhecimento e como influenciador comportamental. O Estado e a iniciativa privada devem, então, reconhecer o valor dos livros e investir neles em proporção a esse reconhecimento. Apostar na leitura é ganhar uma educação mais abrangente e uma mudança social de base – objetivos prováveis daquele que conhece a própria realidade social, daquele que lê.